

ASSIGNATURAS

SEM ESTAMPILHA	
Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital de ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se recebem dois exemplares.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

1.ª Repartição

DESPACHOS

INSTRUÇÃO SUPERIOR

Dr. Francisco Antonio Alves — promovido ao lugar de lente substituto ordinario da faculdade de medicina na universidade de Coimbra.

Dr. Antonio dos Santos Viegas Junior — agraciado com o lugar de lente substituto extraordinario da faculdade de philosophia na mesma universidade.

Dr. Sebastião de Almeida e Silva — agraciado, por assim o requerer, com a jubilação pura e simples, no lugar de lente cathedratico da faculdade de medicina na universidade de Coimbra.

INSTRUÇÃO SECUNDARIA

Antonio Hermano Roeder — professor da cadeira da lingua allemã no lyceu nacional de Lisboa.

INSTRUÇÃO PRIMARIA

Professores vitallios

Manuel Dias da Silva — para a cadeira de instrucção primaria (1.º grau) de Fermentellos, concelho de Oliveira do Bairro, districto de Aveiro.

Antonio Pedro Baptista Machado — para a do mesmo grau na villa de S. Thiago do Cacem, concelho do mesmo nome, districto de Lisboa.

Manuel Gomes da Fonseca — para a cadeira de ensino primario da Granja Nova, concelho de Mondim, districto de Vizeu.

Antonio Emilio Rodrigues Valente — para a cadeira de ensino primario da cidade de Miranda, districto de Bragança.

José Fructuoso da Costa — para a cadeira de instrucção primaria (1.º grau) de Pindo, concelho de Penalva do Castello, districto de Vizeu.

Professores temporarios

Jeronymo Teixeira do Nascimento — para a cadeira de ensino primario da freguezia de Villa Chã, concelho de Alijó, districto de Villa Real.

José Vilhena de Mattos — para a cadeira de ensino primario na villa de Alvalade, concelho de Aljustrel, districto de Beja.

João Pedro Torres — para a cadeira de ensino primario estabelecida na freguezia de Brenches, concelho de Serpa, districto de Beja.

João Augusto Ferreira Benfeito — para a cadeira de ensino primario (1.º grau) na Ribeira de Santarem, districto do mesmo nome.

Alexandre José Gonçalves — para a cadeira de ensino primario de Villas Boas, concelho de Villa Flor, districto de Bragança.

Severiano José Tavares — para a cadeira da villa da Covilhã, districto de Castello Branco.

Joaquim Pedro Sabino Lucas de Vasconcellos — para a cadeira de ensino primario da villa da Azambuja, districto de Lisboa.

José Teixeira Martins Ferro — para a cadeira de ensino primario (1.º grau) de Villandello, concelho de Valle Passos, districto de Villa Real.

Agostinho Antonio Leite — para a cadeira de ensino primario de Beduido, concelho de Estarreja, districto de Aveiro.

João Avellino Gueifão Bello Pereira — para a cadeira de ensino primario nas Mouriscas, concelho de Abrantes, districto de Santarem.

Manuel de Almeida Carneiro — para a cadeira de ensino primario da Parada de Esther, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

José Thomaz Pereira de Mendonça — para a de S. Vicente de Pereira, concelho de Ovar, districto de Aveiro.

Miguel Augusto da Silva Carmo — para a cidade de Braga.

Aposentação

Manuel Ferreira Pinto, professor de instrucção primaria de Celorico de Basto, districto de Braga.

REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Para os effectos de que trata o artigo 2.º da carta de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se haver requerido, por este ministerio, Felicidade Perpetua, viuva, por si, e em nome de seus filhos, o pagamento do que se ficara devendo a seu fallecido marido Manuel Rodrigues, como correio a pé, que foi, do mesmo ministerio.

Igual annuncio se faz a respeito do Henrique Zenoglio, José Caetano Zenoglio, e Josephina Emilia Zenoglio Dias, que solicitam o pagamento do que se ficara devendo a seu fallecido pae, José Zenoglio, como mestre, que foi, de dança, no conservatorio real de Lisboa.

Tomando em consideração o que me representou o bacharel Theotonio Claudino da Silveira Moniz, um dos oppositores que entrou no concurso para o provimento do lugar de delegado do procurador re-

gio na comarca de Ponta Delgada: e attendendo a que o dito bacharel fez a sua formatura em 1846 na faculdade de direito, obtendo boas informações; a que tem exercido por alguns annos a profissão de advogado na comarca de Villa Franca do Campo, onde provisoriamente serviu como agente do ministerio publico, e sempre com intelligencia e probidade: hei por bem nomear-lo para o referido lugar de delegado do procurador regio na comarca de Ponta Delgada, vago pela transferencia do bacharel José Ferraz Tavares de Pontes.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 22 de fevereiro de 1860. —REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Diversas despesas	Transporte.....	47.865.945
Subsídios a estrangeiros emigrados.....		
Despesas de polícia preventiva.....		
Despesa com impressos.....		
Total.....		50.157.575

MINISTERIO DA JUSTIÇA

Secretaria de estado		
Vencimentos do mez de dezembro de 1859.....	1.543.465	
Dioceses do reino		
Vencimentos do mez de dezembro dito.....	3.114.340	
Despesas da fabrica da sé patriarcal.....	160.000	3.274.340

Supremo tribunal de justiça		
Vencimentos do mez de dezembro dito.....	1.717.882	

Tribunaes de segunda instancia		
Vencimentos do mez de dezembro dito.....	3.540.075	

Juizes de primeira instancia		
Vencimentos de diversos mezes.....	418.749	

Ministerio publico		
Vencimentos do mez de dezembro dito.....	262.340	

Sustento de presos		
Despesa com o sustento de presos das cadeias de Lisboa.....	2.206.260	

Diversas despesas		
Despesas diversas.....	832.575	

Despesa extraordinaria		
Subsídios a religiosas.....	13.795.686	
	100.000	
Total.....	13.895.686	

MINISTERIO DA GUERRA

Secretaria de estado		
Vencimentos do mez de dezembro de 1859.....	5.506.690	
Despesas diversas.....	162.000	5.668.690

Estado maior do exercito		
Soldos do mez de dezembro dito.....	6.048.000	
Despesas diversas.....	66.666	6.114.666

Divisões e commandos militares		
Soldos do mez de dezembro dito.....	583.000	

Corpos das diversas armas		
Soldos do mez de dezembro dito.....	32.998.305	
Pret de duas quinzenas aos corpos da 1.ª divisão militar.....	53.262.375	
Fornecimento de viveres.....	13.756.686	
Diversas despesas.....	2.136.267	82.154.233

Governos de praças		
Soldos do mez de dezembro dito.....	3.586.500	
Fornecimento de viveres.....	829.257	
Diversas despesas.....	18.066	4.433.823

Estabelecimentos de instrução		
Vencimentos do mez de dezembro dito.....	2.130.500	
Despesas diversas.....	793.221	2.923.721

Repartições civis		
Vencimentos do mez de dezembro dito.....	2.436.590	
Ferías.....	7.854.113	
	10.290.643	101.878.133

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECCÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS
Repartição de obras publicas

Sua Magestade El-Rei, attendendo ao que lhe representou a camara municipal de Guimarães, ha por bem ordenar que o conselheiro director geral dos telegraphos faça proceder ao estabelecimento da linha electro-telegraphica entre a dita cidade e a de Bragança.

DIRECCÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA
Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mappa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em fevereiro de 1860, nos dias abaixo designados

Dia		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
7	Entrada, nacionaes.....	31	41	10	—	—	—	—	—	54	—
	Existencia.....	2.405	50	1.558	23	2.187	47	1.606	28	463	23
8	Entrada, nacionaes.....	127	21	—	—	105	56	—	—	—	—
	Existencia.....	2.310	28	1.545	33	2.249	43	1.602	28	473	23
9	Entrada, nacionaes.....	145	18	—	—	—	—	—	—	12	48
	Existencia.....	2.311	46	1.529	33	2.209	51	1.602	28	481	35
10	Entrada, nacionaes.....	47	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Existencia.....	2.266	32	1.487	3	2.030	1	1.590	28	462	46
	Preços.....	600 a 860		380 a 420		400 a 500		400 a 460		—	

Repartição de agricultura, em 15 de fevereiro de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Annuncia-se que o vapor Portugal, que se espera amanhã de Inglaterra, sairá no dia 1 de março proximo futuro para S. Vicente, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, para onde recebe malas do correio. A correspondência será franqueada n'esta repartição até ás duas horas da tarde do referido dia.

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 2 de março, para a Madeira, o vapor Visconde de Athouguia.

A correspondência será lançada na caixa geral até ás 2 horas da tarde, e na da estação postal do Terreiro do Paço até ás 2½ do referido dia.

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 3 de março, para o Rio de Janeiro, a galera Indiana.

A correspondência será lançada na caixa geral até ao referido dia, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala seg. levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 28 de fevereiro de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

INSTITUTO AGRICOLA E ESCOLA REGIONAL DE LISBOA

Pela secretaria do instituto agricola e escola regional de Lisboa se annuncia que no dia 4 do proximo mez se ha de vender em hasta publica, a quem maior lance offerecer, a lenha proveniente da limpeza das arvores do Campo grande.

O referido leilão verificar-se-ha no proprio local, pelas onze horas da manhã, perante o director interino do Campo, achando-se a lenha dividida em lotes.

Secretaria do instituto agricola e escola regional de Lisboa, em 25 de fevereiro de 1860.—Pelo secretario, Henrique Stephen de Wild.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 28 DE FEVEREIRO

Presidencia do ex. sr. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

À meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 63 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. J. M. da Costa e Silva, de que não pôde comparecer ás sessões de 25 e 27 do corrente, por incommodo de saúde.—Intervida.

2.ª Do sr. Luiz Albano, de que o sr. Diogo For-

ga, em conformidade do respectivo orçamento datado de 20 do corrente mez, e importante na quantia de 963\$380 réis, na qual se não comprehende o valor dos objectos que existem em deposito, e podem ser applicados á mesma linha. O que se participa ao referido conselheiro para seu conhecimento e execução.

Paço, em 27 de fevereiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.—Para o conselheiro director geral dos telegraphos.

3.ª Requeremos que se recomende ao governo, que mande, com urgencia, fazer estudos e orçamentos para a continuação do caminho de ferro de Beja até aos limites da provincia do Algarve, preferindo n'esses limites o ponto, d'onde mais facilmente o referido caminho possa communicar com a mesma provincia.—Joaquim Mendes Neutel.—José Maria da Ponte e Horta.—Antonio Vaz da Fonseca e Mello.—P. de Almeida Coelho de Bivar.—H. G. da Palma.—José Esteves.

4.ª Requeremos que, pelo ministerio das obras publicas, se remetta a esta camara um mappa do milho que tem sido exportado pelos portos de Caminha e Vianna nos annos de 1855, 1856, 1857, 1858 e 1859.—O deputado pelo circulo de Caminha, R. de C. M. Pitta.—A. Correia Caldeira.—O deputado pelos Arcos, Plácido de Abreu.—D. José de Menezes de Alarcão.—O deputado por Melgaco, Augusto Xavier Palmeirim.

5.ª Renovo o requerimento que fiz na sessão de 16 de maio do anno passado concebido nos termos seguintes:

«Requiro que se peça ao governo, pelo ministerio competente, que informe esta camara sobre o seguinte:

Como de facto existe a divisão territorial dos dois concelhos e julgados limitrophes de Santa Cruz, e Machico do districto e comarca do Funchal.

Se as camaras municipais d'aquelles concelhos, têm feito subir ao governo algumas representações a respeito das desintelligencias que tem tido, por se não acharem definidos os limites communs, e o teor d'elles.

Se têm sido executadas as divisões ordenadas em 1835 pelo prefeito da provincia da Madeira, em decreto de 19 de outubro de 1852, e pelo de 24 de outubro de 1855, e como o tem sido.

Não se tendo realizado a ultima divisão territorial decretada, quaes as causas que a isso tem obstatado, e que difficuldades têm encontrado as camaras dos dois concelhos, e o que entendem necessario para serem fixados de facto os limites estabelecidos por lei.

Qual o teor da carta regia de 26 de junho de 1815.»

Sala das sessões da camara dos srs. deputados, em 27 de fevereiro de 1860.—L. de Freitas Branco, deputado por Santa Cruz.

6.ª Requerio que, pelo ministerio das obras publicas, se remetta á camara a nota do rendimento das portagens, por annos civis, das estradas do Minho, designando especialmente o que pertence á estrada do Porto a Braga, Porto a Amarante, Villa Nova a Caminha, e Barcellos a Braga.—Plácido de Abreu.—Manuel Bento da Rocha Peixoto.—A. X. Palmeirim.—R. de C. M. Pitta.—A. Correia Caldeira.

7.ª Requerio que, pelo ministerio das obras publicas, se remetta a esta camara a nota da amortisação annual dos empréstimos feitos no Minho para estradas; qual a somma annual dos rendimentos com esse destino; quaes as sobras por cada anno economico; e finalmente, o que ainda resta para se amortizar.

Se estes esclarecimentos não constarem no ministerio das obras publicas, peço que se requeiram pelo ministerio da fazenda.—O deputado pelos Arcos, Plácido de Abreu.—A. X. Palmeirim.—R. de C. M. Pitta.—A. Correia Caldeira.

8.ª Requerio que, se peça ao governo, pelo ministerio da fazenda, que remetta a esta camara uma nota do rendimento annual dos dizimos na ilha da Madeira desde 1849 até 1859 inclusivamente, com designação da receita especial, relativa a cada um dos generos de que se paga aquelle imposto.—A. Gonçalves de Freitas, deputado pelo circulo da Ponta do Sol.—L. de Freitas Branco, deputado por Santa Cruz.—L. da Camara Leme, deputado pelo circulo da Calheta.

Se remittidos ao governo.

Tem segunda leitura as seguintes propostas:

1.ª Renovo pela segunda vez a iniciativa do projecto n.º 29-A, que teve segunda leitura na sessão de 27 de março de 1857, para o augmento de 20 réis diarios ás praças de pret, em tempo de paz, e que está assignado por mim e pelo sr. Colaço, tendo em 17 de julho de 1858 sido a primeira renovação de iniciativa.—A. Azevedo e Cunha.

2.ª Renovo a iniciativa do meu projecto, para ser applicavel a tarifa de 1814 a todos os officiaes sem acesso e reformados, que teve o parecer da commissão de guerra n.º 63, de 10 de fevereiro de 1859.—Azevedo e Cunha.

A mesma commissão.

3.ª Renovo a iniciativa do projecto a respeito da extincção das decimas nos soldos e gratificações dos

Fornecimento de viveres.....	Transporte.....	10.290.643	101.878.133
Diversas despesas.....		112.785	
		20.000	10.423.428
Officiaes em commissões			
Vencimentos do mez de dezembro dito.....		1.505.465	
Corpos sedentarios			
Vencimentos do mez de dezembro dito.....		5.069.440	
Fornecimento de viveres.....		463.038	
Diversas despesas.....		142.266	5.674.704
Officiaes em disponibilidade			
Vencimentos do mez de dezembro dito.....		3.695.013	
Officiaes sem acesso e reformados			
Vencimentos do mez de dezembro dito.....		7.505.000	
Diversas despesas.....		3.809.969	
		133.985.712	
Despesa extraordinaria			
Rendas de predios occupados pelas linhas de defeza da capital.....		1.500.000	
Total.....		135.485.712	

MINISTERIO DA MARINHA

Secretaria d'estado		
Vencimentos do mez de dezembro de 1859.....		3.428.850

Officiaes militares e civis		
Vencimentos do mez de dezembro dito.....	940.180	
Soldadas.....	542.340	1.482.520

Armamento naval		
Vencimento do mez de dezembro dito.....	12.050.155	
Soldadas e pret.....	12.268.435	
Fornecimento de viveres.....	1.654.487	25.968.077

Arsenal de marinha		
Vencimentos do mez de dezembro dito.....	872.620	
Ferías.....	10.435.565	
Material.....	4.157.890	
Diversas despesas.....	6.604.871	22.070.946

Cordoaria nacional		
Vencimentos do mez de dezembro dito.....	117.595	
Ferías.....	1.112.750	1.230.345

Diversos estabelecimentos		
Vencimentos do mez de dezembro dito.....		1.525.700

Despesas diversas		
Vencimentos.....		1.409.100

Officiaes reformados		
Vencimentos do mez de dezembro dito.....	1.269.960	

Despesa extraordinaria		
Depositos do ultramar.....	58.385.498	
Despesas com a colonia de Zambesia.....	1.000.000	
	524.524	
Total.....	59.909.732	

Despesas diversas		
Vencimentos.....		1.409.100

Officiaes reformados		
Vencimentos do mez de dezembro dito.....	1.269.960	

Despesa extraordinaria		
Depositos do ultramar.....	58.385.498	
Despesas com a colonia de Zambesia.....	1.000.000	
	524.524	
Total.....	59.909.732	

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria d'estado		
Vencimentos do mez de dezembro de 1859.....		846.713

Corpo consular		
Vencimentos do mez de dezembro dito, e despesas do consulado em Tanger.....	226.666	
	1.073.379	

Transporte.....

10.290.643

101.878.133

112.785

20.000

1.505.465

5.069.440

463.038

142.266

3.695.013

7.505.000

3.809.969

133.985.712

1.500.000

135.485.712

872.620

10.435.565

4.157.890

6.604.871

117.595

1.112.750

1.230.345

1.525.700

1.409.100

1.269.960

58.385.498

1.000.000

524.524

59.909.732

846.713

226.666

1.073.379

Despesas eventuaes	Transporte.....	1.073.379
Ajuda do custo a um empregado do corpo diplomatico.....		266.666
Gratificação aos empregados da commissão mixta portugueza e hespanhola.....		250.000
Vencimento do mez de dezembro dito de um empregado do corpo diplomatico.....		55.000
Ditos de dois correios da secretaria e pensão a Thomas de Cattaneo.....		67.366
Diversas despesas.....		1.315.985
Total.....		3.028.396

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Administração central		
Vencimentos do mez de dezembro de 1859.....		2.678.209

Estradas		
Credito extraordinario por carta de lei de 7 de junho de 1859.....		28.000.000

Caminhos de ferro		
Diversas despesas.....		1.000.000

Telegraphos electricos		
Despesas diversas.....		2.322.670

Diversas obras		
Despesas com varias obras.....	11.000.000	
Melhoramentos da cidade.....	6.000.000	17.000.000

Melhoramentos da cidade.....	6:000\$000	17:000\$000
Trabalhos geodesicos.....		

mento d'aquelle magistrado, que se tinha conduzido de maneira, que devia merecer a approvação de todas as administrações, qualquer que fosse a sua politica.

Por ultimo diz ao sr. ministro da justiça, que o procedimento do governo n'este particular não foi curial nem regular, pelo contrario mostrou que não era outra cousa mais do que uma vingança politica, que não esperava que o governo exercesse.

O sr. *Ministro da justiça* (Martens Ferrão):—declara muito francamente á camara que nunca fez promessas; mas o que não pôde é deixar de repellir com todas as suas forças as insinuações que o illustre deputado acaba de dirigir ao governo. Empraza-o a que faça as declarações pouco lisonjeiras para o governo, e que apresente a sua accusação.

Não fez insinuação alguma a esse magistrado, e apenas disse que o governo estava no pleno exercicio do seu direito exonerando este ou aquelle empregado de confiança.

Disse mais que havia uma circumstancia especial, e era, que existindo uma pronuncia contra esse magistrado, não sabendo se bem ou mal intentada, o governo não podia nem devia por mais tempo suspender a execução da lei a esse respeito; e não podia por consequencia esse magistrado continuar a exercer as funções administrativas.

Fizeram-se interpeleções na camara a esse respeito, mas não appreciou o merecimento das arguições, que então se lhe dirigiram.

Como a interpeleção está annunciada, n'essa occasião, pela sua parte, poderá responder aos factos principaes relativamente ao juiz, a que se refere o illustre deputado, e em quanto ao magistrado administrativo que foi demittido, o seu collega do reino responderá sobre esse objecto.

Os srs. B. F. de Arbranches, Guilherme Pacheco, Camara Leme, Carlos Bento, Balduino e Teixeira de Sampaio, mandaram para a mesa requerimentos, e notas de interpeleção, de que se dará conta na sessão seguinte.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PARERE N.º 6

O sr. *Silva Cabral*:—usando da palavra que hontem lhe ficara reservada, observa que tinha principiado por dizer na sessão antecedente que entrava com repugnancia n'esta questão, porque se consultasse as suas affeições pessoais, deveria abster-se de entrar n'ella, mas que na coalizão d'ellas com o seu dever, não tinha a cumprir senão a obrigação que lhe impunha a sua cadeira.

Continuava hoje dizendo tambem que lhe parecia que a illustre commissão, com quanto primasse em talento e patriotismo, tinha-se completamente desviado do verdadeiro campo da questão que se lhe propusera, transferindo-a para uma atmosphera inteiramente differente.

E por fim tinha apresentado hontem uma especie de enlenco, indicando os pontos que se propunha tratar, para demonstrar que a commissão não somente tinha contrariado as razões para a conclusão que tirara do parecer, mas havia contrariado a historia politica de todos os povos livres, havia contrariado os principios do progresso, e havia contrariado a lei do paiz.

Antes de entrar na exposição dos argumentos que formaram a sua opinião, cumpre-lhe fazer duas observações. A primeira é relativa ao cavalheiro que foi eleito. Não se trata das suas eminentes qualidades moraes, e scientificas, todos o respeitam; a questão é de principio sobre o direito do opção, porque não entrou ainda na cabeça de nenhum deputado o tratar de excluir aquelle cavalheiro da camara. Trata-se somente do direito de opção, e de bairão d'esto ponto de vista atreve-se a assegurar, que tem tanta confiança na integridade e illustração d'aquelle cavalheiro, que se por ventura a decisão do negocio lhe podesse ser commettida, elle seria o primeiro a declarar que está comprehendido na lei.

A outra observação, é relativa á competencia da commissão dos poderes.

Julga-se paradoxal o ter-se fugitivamente apresentado a idéa, de que a commissão de legislação seria a mais competente para decidir este negocio, e para provar o contrario d'isto disse-se, que o decreto de 30 de setembro de 1852 manifestamente referiu a competencia da capacidade eleitoral, da intelligibilidade absoluta ou relativa, e das incompatibilidades á commissão de poderes. A junta preparatoria e a camara dos deputados de certo pela lei tem esta attribuição, mas a commissão de poderes não tem semelhante attribuição marcada na lei, nem mesmo no regimento. Por ventura não tinha a commissão de poderes cumprido a sua missão, dando o seu parecer sobre a legalidade da eleição? Tratando-se de um ponto de direito simples e destacado, era de razão, pedia a natureza do negocio, que fosse proposto á commissão de legislação; não porque a commissão de poderes não tivesse caracteres iguaes ou superiores aos que compõem a commissão de legislação, mas porque se teria procedido mais regularmente commettendo-se o negocio á commissão de legislação.

Entrando na questão, indica que a commissão assenta o seu parecer sobre quatro fundamentos, sendo o primeiro, que não ha incompatibilidade, porque a doutrina das incompatibilidades se baseia na incompatibilidade do serviço de qualquer emprego com o exercicio de deputado. Quando se trata de um objecto tão sério, apresentar um argumento que os proprios factos claramente contestam, é querer lançar poeira aos olhos da camara. Não ha profissão que apresente mais incompatibilidades com o exercicio de deputado, de que a profissão da instrução publica. Pôde por ventura combinar-se o trabalho assíduo, principalmente nas sciencias mathematicas, com o exercicio de deputado que tem horas fixas e determinadas, que tem de estudar as questões ao menos para votar com consciencia? Pôde por ventura dizer-se, que estes dois serviços se podem exercer cumulativamente, principalmente quando o do professorado está dependente da vontade de terceiro? Apresentar semelhante razão é directamente contrariar os factos, pois que nenhum dos professores que se tem sentado na camara, ou que n'ella se sentam, já mais exercem o seu nobre officio de instrução publica. Pôde por ventura combinar-se o trabalho assíduo, principalmente nas sciencias mathematicas, com o exercicio de deputado que tem horas fixas e determinadas, que tem de estudar as questões ao menos para votar com consciencia? Pôde por ventura dizer-se, que estes dois serviços se podem exercer cumulativamente, principalmente quando o do professorado está dependente da vontade de terceiro? Apresentar semelhante razão é directamente contrariar os factos, pois que nenhum dos professores que se tem sentado na camara, ou que n'ella se sentam, já mais exercem o seu nobre officio de instrução publica.

Foram ainda estes principios que influíram no animo dos legisladores de 1852 para comporem, não todos, mas parte dos que na camara se haviam debatido, o decreto de 30 de setembro de 1852 com o qual elle orador altamente se congratulou n'esse tempo. Está pois conhecido o que é o verdadeiro espirito da lei.

Vejamos agora como ella falla, para ver se por ventura nos podemos apartar da sua letra. A lei diz: «é incompativel o lugar de deputado com qualquer emprego da casa real em exercicio» e veja a camara como foi previdente, como foi generica, como não exceptua nenhum!

E contudo diz-se, que o lugar de mestre ou professor dos principes está fora da lei, porque a alta respeitabilidade do magisterio não admite influencias, e por outro lado pôe-se fora da ultima classe de empregados da casa real. De certo apparece aqui uma flagrantissima contradicção no pensamento da commissão, e é não é; verifica-se o paradoxo *in idem esse et non esse*. Se é respeitavel, porque não o pôe ao lado das maiores cathedras, se o não é, para que diz isto?

Mas é, para assim dizer, desconhecer as praticas, desconhecer o systema quasi constante de todas as monarchias. Pois como é possível acreditar

fundamento que envolve o n.º 1.º do artigo 19.º Esse diz positivamente relação ao principio fundamental da carta, que estabelece a divisão dos poderes politicos, e segundo essa divisão não admite, nem nunca admitiu a verdadeira theoria constitucional, que o poder real viesse exercer influencia na camara popular, a não ser pelos meios marcados na carta, pelos intermediarios verdadeiros que são os ministros, e nunca por meios secretos, por bisbilhotices passadas de banco em banco, influencia funesta que absolutamente todos os politicos, e todos os parlamentos que sabem o que é progresso e liberdade, têm constantemente condemnado.

O terceiro fundamento da commissão, consiste em que o encargo de mestre dos principes não é emprego, na accepção em que se toma communmente esta palavra. Deseja que a commissão lhe diga qual é a accepção commun da palavra emprego, porque em quanto apresentar esta coisa não diz qual é essa accepção, nem pôde dizer, porque a accepção commun é a mesma que a accepção juridica, e a accepção juridica a mesma que a accepção politica. Quem é que não sabe que emprego, segundo todas as leis, e artigos explicativos d'essas leis, apresentados por juriscultos que as têm interpretado, não é mais do que cargo, commissão ou officio publico? A qual d'estas denominações se referiu a commissão, para dizer que a palavra emprego não é applicavel ao mestre dos principes? Se não querem que seja officio publico, ha de ser commissão, e effectivamente o é, por que se reputam empregos de commissão todos aquellos que não têm marcada na lei a sua perpetuidade. Mas senão querem que seja commissão, é cargo. De qualquer maneira a commissão, quando deu esta razão, effectivamente não disse nada, porque ou se considere como commissão, ou como cargo a qualidade de mestre dos principes, está sempre comprehendida debaixo da palavra emprego.

O quarto fundamento é, que a respeitabilidade do magisterio exclue toda a influencia. Este argumento não tem a menor relação com a questão, porque não se trata de avaliar a respeitabilidade do magisterio. É essa uma proposição em que todos estão conformes; mas porque a alta respeitabilidade do magisterio não admite influencia, pôde-se dizer que o professor tornado politico não admite essa influencia? O homem professor não deixa de ser politico, e desde que é politico, necessariamente segue a influencia da politica que tem no coração, e se esta politica lhe for ensinada por quem deve estar fora da esphera parlamentar, é claro que o mal vem logo em consequencia, e que em vez de liberdade e independencia, que deve acompanhar todos os actos do parlamento, terá logo a subversão, e d'esta temo muitos exemplos não só no nosso parlamento, mas tambem em parlamentos estrangeiros.

A conclusão do parecer da commissão é nada menos que dirigida a matar os principios de liberdade, defendidos á custa de tantos exórgios, por tanto tempo, e em differentes epochas. Ninguém quer fechar as portas do parlamento ao illustre cavalheiro de que se trata; a questão não é essa, mas dizer-lhe: «se achas mais vantagem, mais honra e mais proveito em exercer o lugar de deputado, de que outro emprego que é incompativel com o seu exercicio, largae esse outro emprego, mas não podeses exercer cumulativamente um e outro».

A commissão não apresentou completa a theoria das incompatibilidades, porque ella se funda tambem na independencia em que a camara popular deve estar do poder real, para que não possa n'ella influir por meios secretos. Esta questão principiou a ventilar-se com maior vigor no parlamento inglez desde 1783. Nesta epocha, sabendo a camara dos commons que o *bill* da India tinha sido rejeitado, porque votaram contra elle os gentis-homens da casa real por influencia da coroa, votou por uma immensa maioria a moção, de que as influencias secretas ou indirectas da coroa contra a camara, eram um acto indigno da coroa, attentatorio da dignidade do parlamento, é subversivo da constituição do estado. A theoria ultimamente estabelecida n'aquelle paiz, é que os empregados chamados *menores* da casa real, não têm assento no parlamento, os outros podem ter assento; mas são de nomeação do ministerio, e são demittidos sempre que o ministerio se demitte. Este principio teve applicação de uma maneira que causou sensação na propria Inglaterra. Em 1839, quando sir Robert Peel foi chamado pela rainha para formar o ministerio, poz-lhe por condição separar logo do seu serviço, não somente todos os empregados, mas até as damas. A rainha pareceu-lhe dura esta condição, e não quiz aceder em 1839, mas acedeu em 1840.

Em França, depois de differentes discussões, assentou-se no principio de que deviam occupar o primeiro lugar na escala das incompatibilidades, tratando-se de saber se deviam ser admitidos no parlamento os empregados da lista civil e militar do reino; o que é o mesmo que dizer entre nós, os empregados da casa real.

São estes principios aquellos que n'esta camara se defenderam em 1851, tratando-se, por assim dizer, de applicar um antemural contra as influencias indirectas. Então não se exprimiu a emenda que foi mandada para a mesa por empregados da casa, mas por creados, entendendo-se por esta denominação todos os empregados da casa real, desde o mordomo-mór até aos ultimos, com exclusão unicamente dos empregados de galão branco, com referencia aos quaes ha na carta constitucional uma especialidade que toca unicamente com a capacidade activa, e nunca com a capacidade passiva.

D'aqui tira elle orador a conclusão de que em todos os tempos, e em todos os parlamentos, se entendeu sempre que as incompatibilidades eram absolutamente necessarias para conservar a independencia da camara, e para evitar as invasões de um outro poder politico, que tem a sua disposição muitos meios, muitos recursos, muitas graças para influir no animo dos individuos, e dirigilos á sua vontade. Se assim não fosse, que seria da liberdade? Como se poderia manter o equilibrio que deve haver entre os poderes do estado? Então era assim avaliada a questão da liberdade, e a das incompatibilidades não se julgava antipathica com a mesma liberdade.

Foram ainda estes principios que influíram no animo dos legisladores de 1852 para comporem, não todos, mas parte dos que na camara se haviam debatido, o decreto de 30 de setembro de 1852 com o qual elle orador altamente se congratulou n'esse tempo. Está pois conhecido o que é o verdadeiro espirito da lei.

Vejamos agora como ella falla, para ver se por ventura nos podemos apartar da sua letra. A lei diz: «é incompativel o lugar de deputado com qualquer emprego da casa real em exercicio» e veja a camara como foi previdente, como foi generica, como não exceptua nenhum!

E contudo diz-se, que o lugar de mestre ou professor dos principes está fora da lei, porque a alta respeitabilidade do magisterio não admite influencias, e por outro lado pôe-se fora da ultima classe de empregados da casa real. De certo apparece aqui uma flagrantissima contradicção no pensamento da commissão, e é não é; verifica-se o paradoxo *in idem esse et non esse*. Se é respeitavel, porque não o pôe ao lado das maiores cathedras, se o não é, para que diz isto?

Mas é, para assim dizer, desconhecer as praticas, desconhecer o systema quasi constante de todas as monarchias. Pois como é possível acreditar

alguem, que um empregado da casa real não receba a influencia, não receba as ordens, não queira mesmo adinhar a vontade do seu real amo? É possível desconhecer a este ponto a historia que em todos os paizes apresenta esta theoria, ou, para melhor dizer, esta pratica como uma regra geral, apparecendo de seculos a seculos uma excepção que a corrobora mais?

Os professores publicos têm a sua garantia na lei para a sua perpetuidade. Os professores da casa real são uma especie inteiramente differente, e não podem de maneira nenhuma deixar de estar sujeitos á vontade do rei, que reúne em si prerrogativas especiaes, que tem uma certa supremacia sobre a sociedade inteira.

Exaltem a monarchia, rebaixem as cathedras e os principios, adoptem a theoria de que o rei reina e não governa, ou de que o rei governa e não reina; entrem n'uma representação consultiva ou verdadeira, onde haja o veto, ou absoluto ou suspensivo, é sempre indispensavel que se embarace que esses poderes venham intrinsecamente n'outro; e é essa a razão porque se conhece que a primeira e principal incompatibilidade deve aproveitar-se para a garantia da independencia do parlamento; e essa incompatibilidade diz respeito aos empregados da casa real, ou pertencam á lista militar ou civil, ou sejam pagos pela folha da mordomia ou vedoria. Nós não temos esta denominação que têm outros paizes, mas temos a excellencia das cousas, a tradição dos nossos costumes e das nossas leis, que têm sempre sido constantes com relação á casa real.

Mas a lei mais adiante, no artigo 19.º § 4.º, tratando-se dos motivos por que o deputado pôde perder o seu logar, diz que o perde logo que é despedido para qualquer emprego da casa real. Ora, se o sr. Folque fosse deputado, havia de perder o seu logar logo que fosse despedido; mas estando por ora fora da camara, quem dizer-lhe que entre, porque não existe incompatibilidade entre o logar de deputado e o emprego que exerce na casa real? Vê-se aqui uma verdadeira contradicção, e não pôde admitir-se semelhante argumentação.

Fallou-se no artigo 9.º, quando se tratou da capacidade activa, quer dizer, da exclusão dos creados de galão branco. Que relação tem isto com o objecto de que se trata? Não sendo empregados de honra, mas de mero serviço rustico, não podem entrar na regra; e não se pôde admitir que d'aqui se argumente para todas as outras categorias, ou com a capacidade activa para a capacidade passiva, isto é, para a illegibilidade.

A razão diz-nos, que não temos aqui senão a cumprir um dever de consciencia; o exemplo dos outros paizes ensina-nos o caminho que temos a seguir, porque nos diz «a liberdade não se salva senão com a independencia dos diferentes poderes politicos; e se queiris salva-la, estabeleci as incompatibilidades»; e os nossos Atilas modernos vem dizer «a liberdade não corre risco, tirae todas as incompatibilidades».

Querem saber qual é nos Estados Unidos, esse paiz livre, a legislação a este respeito? E excluir do parlamento absolutamente todos os empregados. E contudo um democrata moderno diz «eu democrata não faço caso das incompatibilidades, não sou metuculozo; nem esses exemplos que estabelecem povos modelos da liberdade valem cousa alguma.» Os democratas em França, em 1791, não só estabeleceram isto na lei, mas na propria constituição; os democratas modernos, passando o Rubicon de ultraconservadores, querem deixar a liberdade desamparada, a independencia do corpo legislativo completamente á disposição das influencias estranhas! Como é que acreditamos n'esta denominação, se elles offendem realmente, e no coração, todos os principios da verdadeira democracia?

Não basta só dizer «eu professo estas idéas ou não»; é preciso que se sigam os dogmas da escola a que se pertence; porque se não se seguem, e pelo contrario, os factos estão em opposição, representam-se aquellos phariseus que saudaram o Salvador do mundo com o nome de rei, quando tinham outra cousa no seu coração.

Em outro tempo elle orador defendeu os principios por que hoje tem pugnado, e com a mesma energia, apesar das suas relações intimas com grande parte dos empregados da casa real; e n'essa occasião a escola chamada progressista não deixou de receber com todo o apoio as suas idéas. E quando hoje, passados annos, se apresenta a mesma idéa, quem é que sustenta a coherencia? Será elle orador que não só sustenta os principios, mas combate pela exacta observancia da lei; ou serão aquellos que mudaram de opinião para dizerem que a democracia não deve ser metuculoza? *Non placet Janus in legibus*; leis com duas caras não admitem, porque a imagem da lei deve ser uma!

A accepção literal e verdadeira da lei é, e não pôde deixar de ser, aquella que as intelligencias mais vulgares lhe dão; o mesmo interessado, se fosse chamado á camara, havia de confessar, com a sua integridade e illustração, que está comprehendido na lei. E ainda que a lei ou a pratica politica entre nós fosse tão dura como em Inglaterra, de certo poderia haver lamentos; mas ainda assim devia observar-se—*dura lex, sed servanda*.

Se estes axiomas se tivessem diante dos olhos, não se sustentariam proposições tão erroneas, tão pouco proprias da illustração do parlamento.

Fallou-se em que os empregados da casa real deviam tirar os diplomas do ministerio do reino, sem o que não podiam julgar-se comprehendidos na lei. É preciso ter muita coragem para se lançarem no parlamento estas idéas! Quem é que desconhece a razão e os motivos por que em differentes leis ou decretos se tem estabelecido esta theoria, que prende com o regimento da mordomia-mór? Não se sabe que esta disposição, que toca unicamente a certa fiscalização de direitos, prende no principio da igualdade? Pois não seria um privilegio para os empregados da casa real, o isentá-los de certos *onus* que a lei pôe a todos os outros cidadãos? Esses decretos não fizeram mais do que dizer, que quando houvesse um despacho da mordomia-mór se llevassem os diplomas ao ministerio do reino, a fim de pagarem o competente sello.

Não ha por consequencia alteração de principios; não vem affectar a verdadeira significação do palavra, emprego da casa real; não altera nada a sua essencia, porque é sempre a vontade regia que o determina.

Tinha demonstrado que não só os fundamentos do parecer da commissão são insustentaveis, mas qual é o espirito do grande principio que se estabeleceu, como foi levado para a lei, como a lei é clara, como os exemplos são corroborativos da lei, e que por consequencia não pôde de maneira nenhuma apprová-la o parecer da commissão.

O cavalheiro que d'elle faz objecto tem o direito de optar; mas é visivel que se por ventura a camara, em vez de rejeitar o parecer, apprová-lo a idéa contraria, de que não é incompativel o exercicio das funções de mestre dos principes com as de deputado, morre inteiramente a doutrina das incompatibilidades, e n'esse caso quem ha de rir-se são os retrogrados, e os progressistas, não.

Vota contra o parecer da commissão.

O sr. *A. R. Sampaio*:—tremeti quando ouvi dizer que o parecer da commissão ataca a independencia dos poderes, e perturba o equilibrio que n'elles se estabeleceu; mas tomou coragem desde que o orador que fez esta recriminação, percorrendo a historia, mostrou que, mesmo n'este paiz, essa indepen-

dencia e equilibrio se tinha sustentado, apesar da falta do estabelecimento das incompatibilidades, o qual é muito moderno.

Não ha dogmas novos; nem o principio das incompatibilidades é um dogma, mas uma disciplina. O illustre deputado pugnou por elle em differentes epochas; mas encontra-se elle nas leis, em todos os projectos eleitoraes que se têm approvados? Não; viu em 1851, epocha em que parece que entrou a luz no mundo, e acabou a anarchia dos poderes que até ali tinha pairado por sobre o governo representativo. Ora, se o principio é tão novo, é, como disse, uma disciplina.

Mas a commissão não rejeita este principio; questiona a applicação d'elle.

Uns julgam a questão tão clara, tão explicita que entendem que basta pegar em um dicionario para a decidir; outros julgam-na tão profunda que não acham competente a commissão de verificação de poderes para tratar d'ella; mas a de legislação. Ora, não se tratando de interpretar leis, mas de as applicar doutrinalmente, a commissão de verificação de poderes é mui competente, e como tal tem sido sempre reputada em todos os parlamentos do mundo, para resolver as questões que dizem respeito á illegibilidade ou incompatibilidade dos deputados.

A questão é se o parecer está ou não conforme a lei.

A commissão estabeleceu o principio que é professado por todos os publicistas, e com quanto fizesse a enumeração das incompatibilidades, julgou que nenhuma d'ellas era applicavel ao candidato eleito; mas o não estar sujeito a ellas não livrava a commissão de as enumerar.

Disse-se que o sr. Filipe Folque é o mesmo que tem duvidas, e que se se interrogar a sua consciencia, ella ha de dizer que está sujeito á incompatibilidade. Quando se começa por alterar as proprias phrases do escripto, não admira que depois se erre na applicação da doutrina. O sr. Folque não tem duvidas: elle diz que lhe consta que se têm suscitado duvidas; e então, antes de vir para a camara, deseja que ella tome uma resolução a tal respeito.

Elle, orador, tambem foi d'aquelles que não achou o negocio muito evidente, quando appareceu na camara o officio, mas tendo como membro da commissão de o julgar, teve necessidade de recorrer á razão da lei, e esta mostrou-lhe exuberantemente que a função de mestre dos principes não é incompativel com o logar de deputado.

O sr. Alves Martins disse que o sr. Folque é empregado da casa real, e que logo, exercia um logar incompativel com o de representante do povo; mas perguntou-se que emprego é que tem na casa real, e não o dizem. O emprego tráz a idéa de uma occupação permanente, e já ouvira a um illustre deputado que combate o parecer, dizer que o logar de mestre dos principes é uma commissão, da qual pôde amanhã ser mandado embora.

A commissão não pôde persuadir-se de que um mestre dos principes, seja um empregado da casa real: um mestre, um professor não se pôde tomar na accepção vulgar de empregado, e até nas leis que regem o magisterio, foram consideradas as funções do magisterio em uma escala mais alta. Se pois a camara é obrigada a recorrer á razão da lei, e se os illustres deputados contradictores do parecer recorrem a ella, ha de admitir as differenças que nascem da differença das cousas, e ha de concluir que o parecer da commissão não pôde deixar de colher.

Mas de quem é mestre o sr. Folque? Foi mestre de El-Rei, e actualmente não o é. E o mestre de suas altezas está por ventura comprehendido na disposição da lei? Não o está nem o pôde estar: a influencia que a lei tem não se pôde applicar a este caso.

Diz-se que ha incompatibilidade no serviço, que não pôde desempenhar as funções de que está encarregado junto aos principes, e desempenhar ao mesmo tempo as funções de Deputado. Mas este argumento de incompatibilidade de serviço já foi demonstrado que não vale, mostrando-se que as funções de mestre que o sr. Folque exerce, são compatíveis com outras funções, que o mesmo sr. Folque desempenha.

Fallou-se em empregados honorificos ou não honorificos: esta distincção não está na lei, e se não está na lei como querem fazer uma distincção entre cargos gratuitos e cargos retribuidos?

Não desconhece que á primeira vista o argumento, é metuculozo, mas uma vez que não está na rigorosa letra da lei, nem é necessario recorrer ao espirito d'ella; a conclusão não pôde ser senão que, o mestre dos principes não pôde trazer a esta casa a influencia que a lei quiz afastar d'ella.

Mas disse-se que a pôde exercer no animo da rei, e então mais razão para votar contra. É a primeira vez que o apostolo quer restringir a sua missão, e não quer que a palavra auctorizada do parlamento fructifique em toda a parte. Desde que a incompatibilidade se sustenta, porque se não quer que o parlamento tenha influencia sobre todos os outros corpos do estado, conclue que este absurdo é tamanho que o parecer da commissão está justificado.

O sr. José Estevão:—requer que se consulte a camara sobre se a materia está sufficientemente discutida.

Julga-se discutida.

O sr. Presidente:—em conformidade do regimento, a votação é por espheras. A urna da direita da presidencia é que exprime o voto dos srs. deputados. Os que approvam o parecer lançam a esphera branca na urna do lado direito, e os que o rejeitam lançam a esphera preta. A urna da esquerda serve para a contra prova.

Depois de feita a chamada, verifica-se terem votado 125 srs. deputados, sendo approved o parecer por 77 espheras brancas contra 48 pretas.

O sr. Presidente:—declara, que na urna do lado direito apparecem 77 espheras brancas e 48 pretas, porém na urna do lado esquerdo faltam 2 espheras. O regimento determina, que a votação por espheras se verifique na urna da direita, fazendo-se a contra prova na urna da esquerda, cujo numero de espheras deve ser igual ao numero das da urna do lado direito. O regimento determina mais, que quando o total das espheras for maior ou menor do que o numero dos votantes, a votação começará de novo.

Chama pois sobre isto a attenção da camara, que a tal respeito pôde resolver o que quizer; devendo, contudo, notar que, o que exprime a vontade ou votação da camara, são as espheras que se acham na urna do lado direito, e n'esta foram encontradas 77 espheras brancas e 48 pretas, igual ao numero dos votantes, e por consequencia o parecer está approved (apoiados).

Mas é preciso que a camara resolva, se entende o facto de faltarem as duas espheras na outra urna, deve annullar a eleição; e por isso vae submeter á sua approvação se se deve proceder a nova votação, ou se entende que a votação exprime a vontade da camara.

O sr. *Xavier da Silva*:—opina que em vista das disposições dos artigos 88.º e 89.º do regimento, não ha mais do que proceder a nova votação, sem ser necessario consultar á camara, sendo esta a execução do regimento.

O sr. Presidente:—o negocio é grave, e precisa de uma resolução da camara. A urna da direita é que dá o resultado da vontade da camara, porque é a esta urna que os srs. deputados são chamados a exprimir o seu voto pró ou contra. Portanto a

disposição do regimento é só applicavel ao caso do numero dos votantes não estar exacto com o numero das espheras que entraram na urna do lado direito (apoiados); mas o numero das espheras lançadas n'esta urna, está exacto com o numero dos votantes, segundo as descargas tomadas pelo sr. secretario; n'estes termos julga para si a votação legal, e n'esta conformidade approved o parecer (apoiados); entretanto visto que já tinha entregue esta questão á camara, resolva ella como tiver por melhor.

O sr. José Estevão:—parece-lhe que na camara ha mais alguma cousa a fazer do que estar a discutir e votar, sobre se ha de haver tres ou quatro escrutinios, para se decidir se as funções de mestre dos principes podem ser accumuladas com as de deputado. Requer portanto que se consulte a camara, senão obstante qualquer disposição do regimento a respeito do facto que se acaba de dar, julga que esta votação exprime a vontade da assembleia.

O sr. *Peguito*:—em vista do regimento, é claro que se deve proceder a nova votação.

O sr. *Moraes Carvalho*:—lê os respectivos artigos do regimento, e conclue que uma vez que o numero total das espheras, entrado na urna do lado direito, que é a urna que exprime o voto da camara, está conforme com o numero dos votantes, a votação está válida, embora na urna da esquerda faltem duas ou mais espheras (apoiados), e se se estabelecer o precedente de que a falta de uma ou duas espheras na urna da esquerda annulla a votação, então pôde dar-se o caso de nunca haver votação alguma (apoiados); portanto, é sua opinião que não ha motivo para nova votação (apoiados).

O sr. *Xavier da Silva*:—pela leitura e comparação que fez dos dois já referidos artigos do regimento, sustenta que desde o momento em que não está conforme o numero das espheras da urna da esquerda com o numero das que existiam na urna da direita, a votação deve repetir-se, porque para bem se conhecer qual foi a votação da camara é necessario comparar o resultado de uma urna com o da outra, e logo que o numero das espheras de uma das urnas não seja igual ao da outra, a votação não está legal, e deve repetir-se na conformidade do regimento; e é melhor os srs. deputados darem-se a este incommodo do que alterar a disposição do regimento.

A requerimento do sr. Nogueira Soares julga-se discutida a materia d'este incidente.

O sr. Presidente:—propõe á camara o seguinte quisto—a votação que teve lugar acerca do parecer que esteve em discussão deve subsistir, não obstante a discordancia que apparece entre o numero das espheras entradas na urna da direita, que é a que exprime a vontade da camara, e as entradas na urna da esquerda onde faltaram duas espheras?

A camara resolve affirmativamente.

O sr. Presidente:—em vista d'esta decisão da camara, a votação está regular, e considera-se o parecer approved por 77 votos contra 48.

Consultada depois a camara acerca das propostas que ha sobre a mesa, e que não ficaram prejudicadas com a votação sobre o parecer; e as quaes têm por fim ser remetida á commissão de poderes, para emitir o seu parecer, a questão da compatibilidade ou incompatibilidade na pessoa do sr. Folque pela circumstancia de ser director da companhia das aguas, decidiu-se affirmativamente.

O sr. *Visconde de Pindella*:—participa que a commissão de agricultura se achava installada, tendo nomeado para presidente ao sr. Moraes Soares, relator o sr. Antonio de Carvalho, e secretario a elle participante.

Procede-se em seguida á eleição de um membro que falta para completar a commissão de moeda falsa.

Corrido o escrutinio, verifica-se terem entrado na urna 60 listas, e são eleito o sr. Sá Vargas com 58 votos.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a discussão do projecto da resposta ao discurso do throno, e depois a eleição das commissões de infrações e das pautas, e levanta a sessão.—*Eram quatro horas e um quarto da tarde.*

Synopse dos decretos, contendo providencias de natureza legislativa, que foram expedidas para as provincias ultramarinas pelo ministerio da marinha e ultramar, na ausencia do corpo legislativo

- | | | |
|------------|----|---|
| Julho..... | 8 | —Creando nos districtos de Mossamedes e do Ambriz delegações da junta de fazenda da provincia de Angola. |
| Agosto.... | 4 | —Determinando que as causas sobre coimas, policia municipal ou transgressões das posturas da camara municipal da cidade de Moçambi-que sejam processadas pelo juiz de direito da respectiva comarca. |
| | 31 | —Approvando o regulamento da alfândega do Ambriz. |
| Setembro | 8 | —Estabelecendo diversas providencias para se conseguir a arrecadação das multas judiciais no estado da India. |
| | 10 | —Permitindo fazer por extracto nos livros das juntas de fazenda das provincias ultramarinas o registro das escripturas publicas e justificações, que devem acompanhar o producto dos espolios arrecadados pelas mesmas juntas; e autorizando estas a entregar os espolios e heranças dos defuntos e ausentes aos herdeiros competentemente habilitados. |
| Outubro | 13 | —Estabelecendo o ordenado de 1:500 xerafins para quem exercer o logar de administrador geral das matas do estado da India; e ordenando que se abone a gratificação de 1:000 xerafins ao militar que servir o mesmo logar. |
| | 17 | —Reorganizando as secretarias do governo geral e dos governos subalternos da provincia de Angola. |
| | 25 | —Determinando que somente sejam consideradas modas legais na provincia de S. Thomé e Principe as modas de «coto, prata e cobre, que têm curso legal no reino. |
| Dezembro | 9 | —Ordenando que fiquem pertencendo á primicia vara da comarca de Loanda as causas civis e orphologicas, e á segunda as causas crimes e commerciaes. |
| | 14 | —Addicionando a obra da cadeia civil da cidade da Praia da ilha de S. Thiago de Cabo Verde ao numero d'aquellas que devem ser effectuadas pelo rendimento do imposto de 3%, approved por decreto de 20 de setembro de 1858. |
| | 15 | —Creando mais um logar de official de diligencias na comarca de Sota Vento da provincia de Cabo Verde, e estabelecendo a cada um d'estes officios a gratificação annual de 43\$200 réis. |
| | 26 | —Ordenando que a correição, que o juiz de direito da comarca de Sota |

